

DISCURSO DA MULHER POLÍTICA NA POLÍTICA DOS HOMENS: RESISTÊNCIAS, REPRESENTATIVIDADE E EMPODERAMENTO

Political Women's Discourse In the Politics of Men: Resistance, Representativity, and Empowerment

DOI: 10.14393/LL63-v36n1-2020-7

Geisa Fróes de Freitas *

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o discurso da mulher política na política dos homens, visto que, no Brasil, a representatividade feminina na vida pública ainda é mínima, devido à exclusão histórica das mulheres na política. Para isso, buscaremos compreender o modo como é constituído socio-historicamente o discurso da mulher política na política dos homens a partir do aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso de filiação francesa, derivada dos trabalhos de M. Pêcheux, associada às contribuições da semiologia histórica, concepção proposta por J.-J. Courtine, que visa articular a materialidade verbal e não-verbal na constituição histórica dos sentidos. Para análise do corpus, selecionamos como recorte as postagens da candidata baiana Alice Portugal à prefeitura de Salvador-BA, pleito 2016, na sua página oficial do Facebook. Observamos que, apesar dos avanços dos direitos das mulheres, a política das mulheres, por estar ainda socialmente inscrita na política patriarcal, revela uma construção discursiva de resistência, de luta em busca do empoderamento e da representatividade feminina nos espaços de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso político. Mulher na política. Política dos homens. Resistência. Empoderamento.

ABSTRACT: This paper aims to reflect upon the discourse of the political woman in the politics of men, since female representation in the Brazilian public life is still minimal due to the historical exclusion of women in politics. To this end, we seek to understand how the discourse of the political woman in the politics of men is social and historically established drawing on the theoretical and methodological contributions of French Discourse Analysis (as derived from the works of M. Pêcheux) associated with the contributions of historical Semiology (as posited by J.-J. Courtine), which aims to articulate verbal and nonverbal materiality in the historical constitution of the senses. Our corpus consisted of Facebook posts by mayor candidate Alice Portugal, who was running for the City Hall in Salvador, State of Bahia, Brazil, in 2016. Despite the advancement of women's rights, women's politics is still socially inscribed in patriarchal politics and, as such, is a discursive construction of resistance, struggle in search of empowerment and female representation in spaces of power.

KEYWORDS: Political discourse. Woman in politics. Men's politics. Resistance. Empowerment.

* Doutora em Língua e Cultura pelo Programa de Pós Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). ORCID: 0000-0002-0100-9205. E-mail: gff_ba(AT)hotmail.com.

1 Introdução

“Política”: substantivo feminino? Embora o feminino seja a marca de gênero da palavra “política”, contraditoriamente, é uma atividade majoritariamente dominada pelo público masculino. Atualmente, a discussão sobre a presença da mulher no âmbito da política, no contexto historicamente definido da política brasileira, revela-nos décadas de exclusão, apagamento e/ou silenciamento do direito das mulheres, o que mobiliza ações da sociedade e do poder público para discutir e transformar esse quadro.

Como sabemos, a história da política no Brasil é marcada pelo patriarcado¹, isto é, pela dominação masculina, de modo que os homens ocuparam predominantemente os espaços de poder. Essa construção sócio histórica promoveu, por séculos, uma imagem equivocada da figura feminina, colocando-a como incapaz de ocupar as esferas do poder público. A memória social construiu e reforçou, assim, discursos sobre as mulheres ligados a imaginários fortemente arraigados a uma percepção de mulheres frágeis, incapazes, limitadas às atividades do lar, afastando, desse modo, a possibilidade de inserção no campo do trabalho, sobretudo, em ocupar cargos de liderança política e gestão pública.

Com os avanços da expressão do movimento feminista² no século XX, a luta pelos direitos das mulheres e pela representatividade nas esferas sociais contribuiu paulatinamente para a construção de políticas de resistência e de empoderamento para assegurar o seu lugar de fala. Inclusive, é possível notar que, nos últimos pleitos, os direitos da mulher passaram a ser pauta dos discursos políticos eleitorais e, também, motivação para construção de leis.

É válido ressaltar a emergência do político no espaço público midiático nos meios digitais. As campanhas político-eleitorais são produzidas sobretudo nas redes sociais, que se tornaram a *Ágora* pós-moderna. A crescente intervenção das campanhas políticas nas redes sociais, sobretudo nos últimos pleitos, demonstra que a política se midiaticizou e se

¹ Entende-se por patriarcado, um sistema social em que homens adultos mantêm o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades (DELPHY, 2009).

² O discurso feminista, ao apontar para o caráter também subjetivo da opressão, e para os aspectos emocionais da consciência, revela os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública. Conscientizando-se do fato de que as relações interpessoais contêm também um componente de poder e hierarquia (homens versus mulheres, pais versus filhos, brancos versus negros, patrões versus operários, hétero versus homossexuais, etc.), o feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 8).

espetacularizou, seguindo os parâmetros da discursividade do virtual. A plataforma Facebook tornou-se uma arena digital para a política contemporânea. Isso foi possível ser validado sobretudo nas eleições/2016, considerada a principal rede de produção de campanha eleitoral pelos candidatos e pelos partidos³.

Dessarte, vale ressaltar que, para compreender nosso objeto de estudo, é necessário o exercício de buscar as (des)continuidades e as mutações nas práticas discursivas inscritas socio-historicamente. Assim, este artigo propõe os seguintes desdobramentos: a primeira parte é destinada a discutir as relações entre a Análise do Discurso e a semiologia histórica, com vistas a articular a materialidade verbal e não-verbal na constituição histórica dos sentidos.; a segunda parte problematiza o apagamento da mulher na política brasileira; dando continuidade, a quarta parte reflete sobre a representatividade da mulher brasileira nas esferas de poder e, por último, analisamos o *corpus*, cujo recorte são as postagens da candidata baiana Alice Portugal à prefeitura de Salvador-BA, pleito 2016, na sua página oficial do Facebook.

2 Análise do Discurso e Semiologia histórica

A semiologia começa a ecoar no quadro dos estudos discursivos a partir de Jean-Jacques Courtine, na década de 1980, quando ele nota que a análise do discurso apresentava uma abordagem insatisfatória, diante das mutações e das novas inscrições do discurso político, suscitadas pela emergência da imagem, propondo uma semiologia histórica. Assim, Courtine (2006) postula o alargamento do enfoque da AD para dar conta da heterogeneidade que compõe a ordem do político, fazendo-se necessário, portanto, adotarmos a perspectiva de que o objeto da AD não é apenas linguístico, mas semiológico.

Na segunda metade dos anos 1980, algumas expressões oscilavam entre “semiologia política” (1987), “semiologia da mensagem política” (1987), “semiologia política da expressão” (1986/1987) e, enfim, “semiologia histórica” (1988, 1989, 1991). Courtine (2006, 2009) afirma que só a partir da segunda metade dos anos oitenta que se utilizou efetivamente o termo “semiologia histórica”, quando de fato o termo se estabiliza. Nesse contexto, o autor supracitado assevera que o discurso político não é só um texto enquanto materialidade

³ Este trabalho é um recorte da pesquisa desenvolvida no doutorado, cuja tese intitulada “Das redes às urnas: o discurso político eleitoral na ordem da rede social” (FREITAS, 2019).

linguística, é um fragmento da história, e à medida que as palavras são atravessadas pela história, deixam de ser simples unidade linguística. E por isso, os discursos não poderiam se deixar apreender somente a partir das palavras e das formas sintáticas.

Nesse sentido, Piovezani afirma que “o discurso político se constitui em uma prática histórica e semiológica que se efetiva em diferentes esferas da instância pública” (PIOVEZANI, 2009, p. 148). Nesse sentido, o “discurso” corresponde a uma prática simbólica inscrita na história, que se modifica à medida que se produz no interior de diferentes campos discursivos e que se confronta e/ou se coaduna com outros dizeres que ali circulam (PIOVEZANI, 2009, p. 152).

Sabendo que o discurso político também vem se modificando em suas representações e práticas desde a fundação do campo da AD, isso requer, portanto, uma renovação teórico-metodológica, um novo olhar para a ordem discursiva diante das especificidades do objeto, a saber, a supremacia da imagem, a fluidez discursiva da *internet*, a heterogeneidade discursiva, o enunciado sincrético, a economia verbal, a visibilidade como espetáculo etc. Afinal, que ‘discurso político’ é esse nos tempos de agora?

Courtine vislumbra, em seus estudos, a necessidade de atualização e renovação profunda dessa teoria uma vez que as condições históricas e teóricas mudaram e, seu próprio objeto, o discurso, transformou-se, perante a ordem da liquidez, de fluxos tecnológicos contínuos, de redes de configuração de sentidos do discurso político, constituindo-se a partir de novas materialidades e, por isso, deveria resultar da exploração de novas vias.

Ciente dessas transformações, Courtine nota a necessidade de problematizar o diálogo da Análise do Discurso com a Semiologia histórica. Veremos que a história da Análise do Discurso delineada por Courtine “retrata os limites do pensamento de Pêcheux e os avanços do pensamento de Foucault com relação à abordagem da imagem em sua dimensão material, discursiva e histórica”. (MAZZOLA, 2014, p. 8).

Para o pensador francês, não é possível que uma AD tal como se fazia antes – que continua uma análise de texto – esteja em condições de dar conta das transformações, por isso a urgência em fazer progredir os trabalhos sobre a imagem. Considerando as transformações ocorridas no campo do discurso político, e reconhecendo que os modos de produção, recepção e circulação desse discurso já não são os mesmos, ordenados pela emergência de novas

tecnologias e de novas materialidade, torna-se necessário, para análise da política, um olhar sobre as formas do dizer político, sobre os deslocamentos e os lugares de emergência desse discurso, uma análise, ao mesmo tempo, histórica, linguística e semiológica:

De agora em diante, o discurso político não pode mais ser dissociado de produção e recepção de imagens [...] A mensagem política não é mais unicamente linguística, mas uma colagem de imagens e uma performatividade do discurso, que deixou de ser prioritariamente verbal [...]. A mutação dos modos de comunicação política exige renovação de uma semiologia da mensagem política que permitirá sua apreensão global. (Jean-Jacques Courtine, [1987] 2006)

De fato, a era das redes digitais instaurou um novo modelo de comunicação pública. Em se tratando de discurso político, “o modelo do porta-voz político mudou profundamente os modos de subjetivação, regulados por novas práticas” (COURTINE, 2006, p. 84), isto é, as formas didáticas da retórica de uma política clássica modelada pela máquina erudita são substituídas por novas formas, adequadas ao aparato midiático/virtual. As políticas de texto, os longos discursos políticos parecem ter chegado ao fim, sendo convertidos pelo discurso do imediatismo, da brevidade, da fluidez, da enunciabilidade eminentemente sincrética, da performatividade visual, sobretudo discursos imbricados em práticas não-verbais.

Portanto, para dar conta da problemática de análise das diversas materialidades discursivas manifestas nas redes em campanhas políticas eleitorais, buscamos as possíveis contribuições da Semiologia histórica à Análise do Discurso no tocante à compreensão das discursividades emergentes na contemporaneidade.

Considerando, portanto, que a Análise do Discurso está no momento de uma “virada”, conforme propôs Orlandi (2012, p. 48), em que deve inaugurar um novo campo de questões, devido a nova conjuntura histórica e as novas formas de existência de discursividade – é que as condições de produção do/sobre o político e a política na atualidade nos pedem novas proposições teóricas e metodológicas.

3 A memória do apagamento da mulher na política

A luta da mulher pela sua inserção e participação na vida política pública atravessa décadas a fio, desde as restrições ao exercício do voto. A exclusão da mulher do exercício

dos direitos políticos enquadrava o grupo feminino como cidadãos de segunda classe, que tinham sua representatividade cerceada pelos interesses masculinos.

Vale ressaltar que a constituição de 1891 deixava claro este ponto ao afirmar no art. 70 que “são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei”. Só a partir de 1932 que, por meio do decreto nº 21.076 de Getúlio Vargas, a mulher brasileira obteve o direito de votar nas eleições nacionais. Entretanto, a conquista não foi completa. O Código Eleitoral da época permitia apenas que mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras e com renda própria pudessem votar. Até que todas as restrições ao pleno exercício do voto feminino fossem retiradas se passaram alguns anos. Dois anos depois, em 1934, as restrições ao pleno exercício do voto feminino foram eliminadas no Código Eleitoral e, em 1946, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres.

Apesar da importante conquista da participação da mulher nas decisões políticas através do voto, o pano de fundo da luta feminina era sobretudo a garantia de exercer sua cidadania. Assim, a conquista da cidadania e do voto feminino ganhou visibilidade e espaço no Calendário Oficial do Governo Federal, em 24 de fevereiro de 2015, quando a então presidente Dilma Rousseff sanciona por meio da lei 13.086/15, o "Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil"⁴, de autoria da deputada Federal Sueli Vidigal, a PL 4. 765/09; a data escolhida se justifica por ter sido neste dia que Vargas assinou o decreto para que a mulher brasileira conquistasse o direito de votar as eleições nacionais.

⁴ De autoria da deputada Federal Sueli Vidigal, o PL 4.765/09. A deputada relembrou a história combativa das mulheres pelo direito de votar em sua justificativa do PL “*O voto feminino no Brasil foi assegurado, após intensa campanha nacional pelo direito das mulheres ao voto. Fruto de uma longa luta, iniciada antes mesmo da Proclamação da República.*” Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI274136,51045-Cidadania+da+mulher+a+conquista+historica+do+voto+feminino+no+Brasil>. Acesso em: 05 jun. 2019.



Figura 1. A primeira eleitora do Brasil
Fonte: Diário carioca, 1928.



Figura 2. Primeira mulher deputada federal
Fonte: TRE/RN – Centro de Memória.

Surgiram assim os primeiros partidos femininos, o primeiro denominado Partido Republicano Feminino, fundado em 1910 por Leolinda Daltro e, posteriormente, em 1922, a bióloga e feminista Bertha Lutz cria a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e intensifica a ocupação das galerias do Congresso na luta pelo voto feminino. Assim, Bertha Lutz defende o direito do voto da mulher:

"Votar não é um privilégio, uma recompensa que se dê aos cidadãos altamente especializados para exercerem essa função. É uma obrigação de todos. (...) É bem possível que a interferência da mulher na vida pública, armada do poder de legislar e influir sobre a economia política, seja o meio mais eficaz de assegurar às mães do futuro a possibilidade, que hoje não existe mais, senão nas classes privilegiadas, de se dedicarem, inteiramente, a santa missão (...) *Senhores senadores, no Brasil já há eleitoras* (...)".⁵

A primeira concessão de voto à mulher ocorreu em 1927, em Mossoró/RN, para a professora Celina Guimarães Viana. O reconhecimento de seu direito se deu por meio da lei estadual 660/1917, na qual constava a possibilidade do voto feminino. No ano seguinte, em 1928, mais uma vez o Estado do RN tornou-se palco de uma conquista feminina, com a eleição da primeira prefeita eleita no Brasil e na América Latina, na cidade de Lajes/RN, Luíza Alzira Soriano Teixeira.

⁵ TRECHO RETIRADO DO LIVRO *DICIONÁRIO MULHERES DO BRASIL*, SCHUMA SCHUMAHE; ÉRICO VITAL BRAZIL (ORGS.), 2000.

Nas eleições convocadas por Getúlio Vargas para uma Assembleia Constituinte, na década de 1930, foi eleita a primeira mulher deputada federal, Carlota Pereira de Queiroz, médica paulista: "Cabe-me a honra, com a minha simples presença aqui, de deixar escrito um capítulo novo para a história do Brasil: o da colaboração feminina para a história do País" (primeiro pronunciamento na Câmara em 13 de março de 1934). A cientista Berta Lutz foi primeira suplente do Distrito Federal quando assumiu o mandato em 1936.

Como se nota, foram muitas lutas para que os direitos da mulher fossem assegurados no campo da política. Embora a presença feminina nos espaços de decisão pública tenha crescido, ainda há algumas barreiras – históricas, sociais – que dificultam a ascensão da mulher aos centros do poder Estatal.

É válido lembrar que só no século XXI, mais especificamente em 2010, uma mulher alcançou o mais alto cargo executivo nacional no Brasil, a presidenta Dilma Rousseff; a primeira mulher eleita presidente do Brasil, eleita em 2010 e reeleita em 2014.

Como vimos, apesar de alguns avanços que já foram conquistados nas últimas décadas, como o direito ao voto e o direito de serem eleitas, no que tange à representatividade das mulheres na política, esse debate ainda se encontra muito distante do desejado.

4 A representatividade da mulher política na política brasileira

A política brasileira ainda que, com sua tímida expressão de mulheres na política, tem revelado figuras femininas de grande representatividade; mulheres engajadas que construíram sua história, se consolidaram na vida política, rompendo a barreira do patriarcado e lutando pelo direito e empoderamento das mulheres na política, sem que houvesse, necessariamente, influência de figuras masculinas para sua candidatura, a exemplo de maridos políticos, nem auxílio de cotas eleitorais. A exemplo, temos: Benedita da Silva, vereadora, vice-governadora, governadora, e deputada federal do Rio de Janeiro, além de ser ministra da Secretaria Especial de Trabalho e Assistência Social do Brasil; Marina Silva, já ocupou cargos de vereadora de Rio Branco, deputada estadual e senadora do Acre e ministra do meio ambiente; Heloísa Helena, já assumiu os mandatos de vereadora de Maceió, deputada e senadora de Alagoas e presidente nacional do PSOL; Manuela D'Ávila, que iniciou sua carreira no movimento estudantil da União Nacional Estudantil (UNE), depois ocupou os cargos de vereadora de Porto Alegre, Deputada

Estadual e Federal do Rio Grande do Sul; Alice Portugal, que construiu sua história na política desde os tempos de representante estudantil na UNE, também assumiu a direção de representante sindical do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFBA-ASSUFBA, posteriormente, elegeu-se deputada estadual e deputada federal da Bahia; dentre outras mulheres políticas brasileiras.

Entretanto, a presença da mulher extremamente desigual na política é revelada nos números, pois o Brasil ocupa a posição de 152º em um ranking de 190 países⁶ sobre ocupação de mulheres no parlamento. De acordo com levantamento do IBGE (2017), as mulheres representavam 16% dos senadores e 10,5% dos deputados federais em exercício. Na Câmara, onde as eleições são proporcionais – no Senado as eleições são majoritárias - não havia, naquela data, nenhuma representante mulher dos estados da Paraíba, Sergipe e Mato Grosso. Além disso, o IBGE destacou que dos 28 ministros de Estado no Brasil, nomeados diretamente pelo presidente da República, apenas dois eram mulheres: Luislinda Valois, que era titular da pasta de Direitos Humanos, e Grace Mendonça, chefe da Advocacia Geral da União – que embora não seja um ministério, tem status ministerial. Desse modo, as mulheres respondiam por 7,1% dos cargos ministeriais do governo brasileiro.

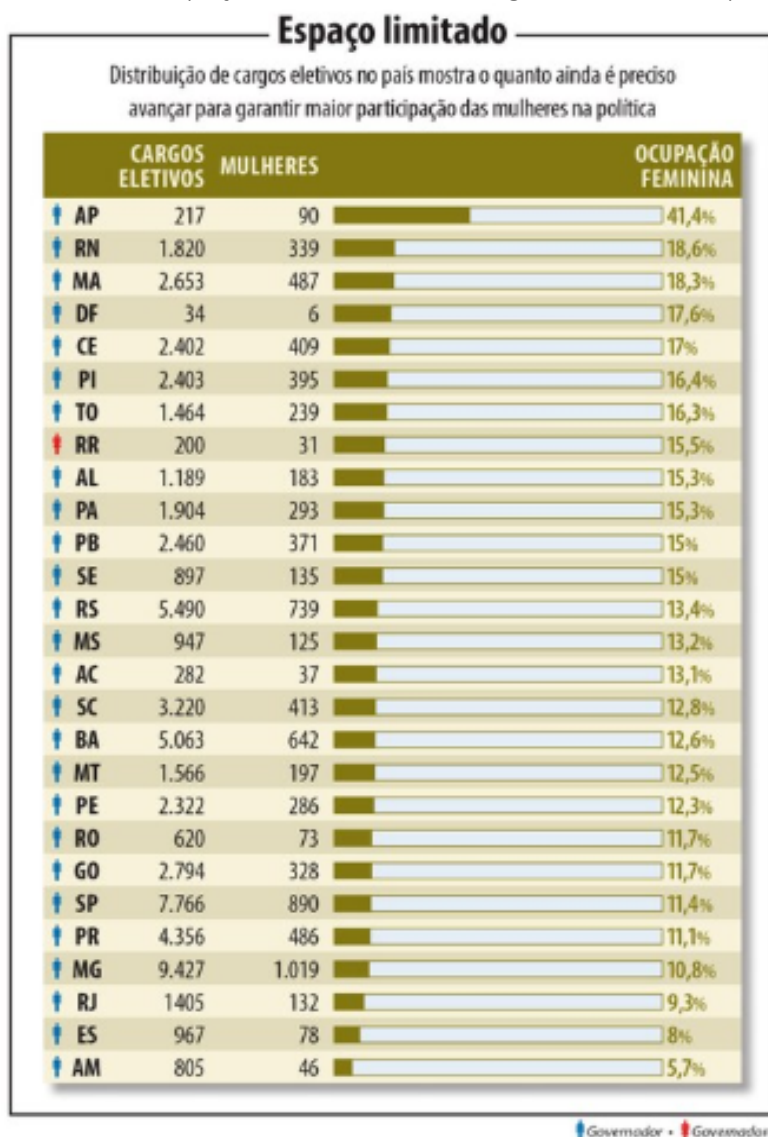
Sobre a representatividade da “bancada feminina” no congresso, as regiões do Norte e Nordeste foram as que mais contribuíram com deputadas mulheres. Ainda é importante ressaltar, em relação às deputadas, que apenas Alice Portugal tinha atuação feminista pública, mas tinha paralelamente uma significativa história política da Bahia. As mulheres eleitas deputadas apresentaram 30 emendas sobre os direitos das mulheres, englobando praticamente todas as reivindicações do movimento feminista.

Apesar da discrepância assinalada na Tabela 1, não há dúvida que, na última década, a visibilidade da mulher no campo da política experimentou um avanço considerável: aumentou o número de mulheres eleitas para cargos legislativos e executivos; o movimento via Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)⁷ teve decisiva atuação no processo constituinte de 1987-88, conquistando ganhos de significado.

⁶ Dados do Inter-Parliamentary Union (IPU), em dezembro de 2017.

⁷ A CNDM integra a estrutura do Ministério dos Direitos Humanos (MDH).

Tabela 1. Ocupação feminina em cargos eletivos no país



Fonte: senado.leg.br.

Diante desse quadro, percebe-se que as mulheres ainda estão longe de terem alcançado as esferas de poder do Estado de maneira igualitária, o que as deixa à margem dos processos de elaboração das políticas públicas; em outras palavras, as mulheres não se encontram devidamente representadas nesse sistema político vigente. Desse modo, a sub-representação feminina na política gera consequências que se refletem, principalmente, mas não unicamente, na idealização, construção e execução de políticas públicas que considerem as questões do ser mulher.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, a partir de 2020, as legendas deverão encaminhar à Justiça Eleitoral, juntamente com o Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP), a lista de candidatas que concorrerão no pleito, respeitando-se o percentual mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo⁸.

Neste caso, embora existam cotas eleitorais (lei que assegura uma porcentagem mínima de 30% e máxima de 70% a participação de determinado gênero em qualquer processo eleitoral vigente) esse mecanismo pouco tem contribuído para melhorar a atuação e a chegada das mulheres aos cargos do governo brasileiro. Como dissemos anteriormente, o percentual de mulheres no poder permanece quase o mesmo desde 1940.

Além disso, um agravante da situação das cotas eleitorais para mulheres é o subterfúgio criado pelos partidos políticos, que inscrevem as candidatas mulheres na lista de cotas partidárias para serem usadas como “candidaturas fantasmas”, isto é, “laranjas”. Conforme ocorrido nas eleições de 2018, em que foram descobertas pelo Ministério Público Federal (MPF) cerca de 60 candidatas laranjas apontadas por investigação do Ministério Público Federal e Estadual em São Paulo.

Segundo o MP e o MPF, os partidos inscrevem as candidatas sem a intenção de que elas sejam eleitas, com vistas apenas de cumprir o coeficiente necessário e atingir a cota de 30% de candidaturas femininas e, assim, garantir o fundo eleitoral. A investigação apontou que os partidos se aproveitam do financiamento público de campanhas destinado a mulheres para atrair as candidatas e, em seguida, abandoná-las.

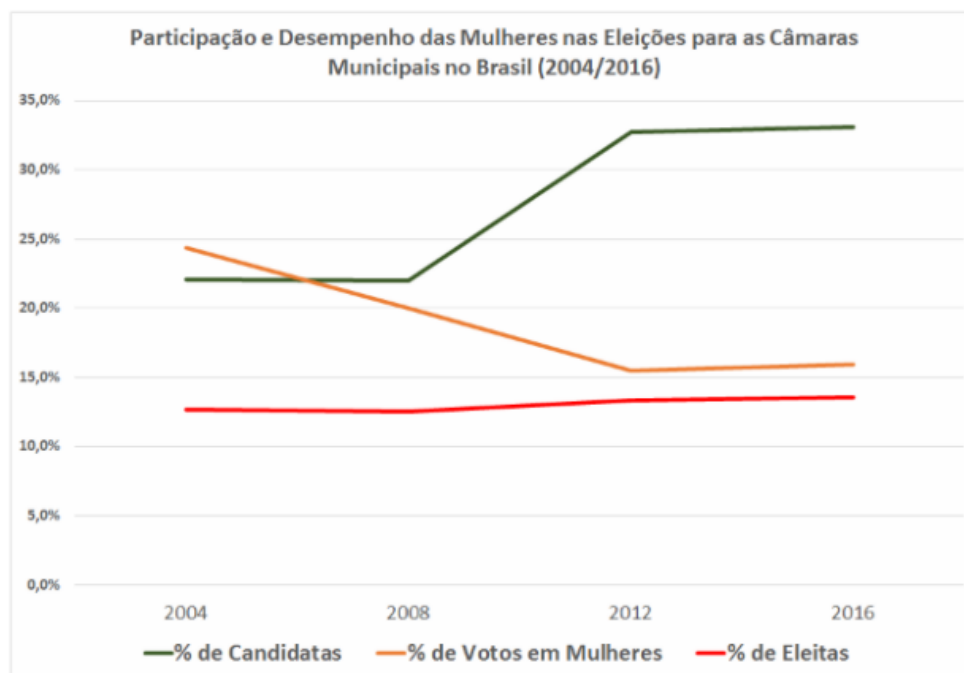
Nesse sentido, a aplicação da lei eleitoral de cotas vem sendo questionada em relação a sua eficácia no Brasil, pois confere a responsabilidade dos partidos para a promoção da paridade de gênero, mas não tem alcançado uma participação igualitária nos partidos, já que, de fato, as mulheres continuam sendo silenciadas e usadas apenas para obtenção de garantias para os partidos.

Dessa maneira, as condições de produção da lei eleitoral que obriga os partidos a terem uma cota para as mulheres nas campanhas eleitorais constroem efeitos de sentido de falsa

⁸ A regra está prevista no artigo 10, parágrafo 3º da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições). Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>> Acesso em: set. 2019.

inclusão e representação das mulheres na política, por meio de uma fraude, negligenciando e apagando as mulheres na política. Ou seja, a lei não tem sido forte o suficiente para garantir equidade na política entre homens e mulheres.

Quadro 1. Participação e desempenho das mulheres nas eleições para as câmaras municipais no Brasil (2004/2016)



Fonte: politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira.

A título de ilustração, como se pode notar no gráfico (Quadro 1), embora as candidaturas femininas tenham crescido nos últimos anos para atender à nova exigência da lei de 2009, o percentual de votos recebidos pelas mulheres caiu no mesmo período. E, como consequência, a parcela de vagas conquistadas por elas nas Câmaras Municipais permaneceu bastante baixa, abaixo de 15%. Isso significa que, no Brasil, há sete vereadores (homens) para uma vereadora (mulher).

Em resumo, a imposição de uma quota de candidatura das mulheres para os partidos políticos não está surtindo efeito. Nos últimos anos, nós votamos menos em mulheres, e um percentual ainda menor delas conseguiu se eleger.

\

5 Notas interpretativas

Para pensar o discurso político atual, torna-se imprescindível associá-lo às mídias digitais, uma vez que o discurso político se tornou refém das novas formas de circulação. “A política hoje se faz, nesta perspectiva, no interior e segundo as regras do espaço midiático” (SARGENTINI, 2015, p. 224), onde são possíveis verificar as ações governamentais sloganizadas, cujas materialidades apelam ao visual, para fotografias, *selfies*, *lives*. Desse modo, o discurso político-eleitoral vale-se de alguns recursos que são próprios das redes sociais.

Sob a égide da língua de vento, as novas formas de circulação do discurso político eleitoral, engendradas pela influência e pelos avanços das mídias digitais, necessitam sobremaneira de uma configuração discursiva que instaure estratégias e valores correspondentes ao espaço de sua encenação. Por isso, os candidatos buscam modos de organização e estratégias discursivas partindo de dispositivos que atendam as demandas da contemporaneidade.

Temos presenciado um fenômeno mundial, e que se apresenta com forte evidência nas últimas eleições brasileiras, como as esquerdas têm representado os aspectos identitários, demonstrado apoio às minorias. Entretanto, é possível notar que o interesse pela pauta das minorias não se restringe às esquerdas, visto que políticos de diferentes espectros e filiações têm apelado para a questão, como no caso da política eleitoral soteropolitana.

Assim, para compreender como se dá a representação da mulher nos espaços de poder e como se constitui o discurso da mulher política na política dos homens, selecionamos como recorte de análise do *corpus* as postagens da candidata baiana, Alice Portugal, à prefeitura de Salvador-BA, durante campanha de 2016, na sua página oficial da rede social Facebook.

5.1 Alice Portugal, a mulher na política e a política para as mulheres

Alice Mazzuco Portugal⁹, mais conhecida como Alice Portugal, é natural de Salvador, com formação acadêmica em Farmácia-bioquímica pela UFBA; filiada ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil) desde 1979, possui um histórico de militância política que começou na

⁹ A biografia completa da candidata Alice Portugal encontra-se disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Alice_Portugal e em: <https://www.aliceportugal.org.br/>. Acesso em: jan. 2019.

luta contra a ditadura militar, no seio do movimento estudantil e, posteriormente, no movimento sindical. Foi eleita deputada estadual pelo PCdoB, no período de 1995 a 1998 e reeleita em 1999 a 2002, destacando-se como líder do bloco da oposição na Bahia. Em seguida, tornou-se deputada federal por quatro vezes consecutivas, das quais ocupou a função desde 2003. Na Câmara dos Deputados, a deputada integrou as Comissões Permanentes de Educação, Cultura e Desporto e de Políticas Públicas para a Juventude, de Trabalho, Administração e Serviço Público; Turismo e Desporto e a CPI contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. Integrou como titular a Comissão de Educação e Cultura e a suplência da Comissão de Seguridade Social e Família. Sua atuação como parlamentar priorizou os projetos relacionados à educação e saúde, aos direitos dos trabalhadores, ao fortalecimento do serviço público, sobretudo aos **direitos da mulher**. Foi selecionada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) entre os 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional em 2010. Em 2016, a então deputada federal, candidata-se à prefeitura de Salvador.

Alice Portugal destacou-se no cenário da política nacional por ser uma mulher militante, engajada, com histórica consolidada desde os tempos de representante estudantil e sindical até sua candidatura à deputada estadual e federal, a qual tornou-se atuante e defensora das minorias, especialmente das mulheres.

Conforme já discutimos anteriormente, o espaço público foi historicamente negado às mulheres, seus direitos e sua expressão foram interditados. O discurso de Alice busca construir efeitos de sentidos de uma mulher transgressora e resistente, de uma representante política que apesar de ser minoria no congresso, apesar das repressões e interdições, se coloca pela luta da emancipação feminina, na luta pelos direitos civis das mulheres.

Desse modo, sua campanha se pautou na representação na mulher na política. Verificamos durante toda campanha, a ênfase na construção de sua imagem de líder feminina e feminista na política, visto que a candidata apresenta em muitas de suas postagens a bandeira na inclusão da mulher na política, espaço que foi majoritariamente pertencente ao público masculino durante muitas décadas na política nacional.



Figura 1 e 4. A construção da *imagem de si*

Fonte: Facebook.

A candidata Alice Portugal apresenta como marca de sua campanha o “SIM”! Esse sintagma expressa uma certeza na escolha da candidata à prefeitura de Salvador. #AliceSIM! tornou-se seu slogan de campanha. O discurso verbal da Figura 3 aciona os *hashtags* “#MulheresSim; #IgualdadeSim; #MachismoNão” para reforçar o argumento da representatividade e na força da mulher, “porque ela é mulher”. A candidata ampara-se do corpo e da voz feminina para validar esse discurso, considerando que, por muito tempo, a ordem das coisas significava que o uso da voz pelas mulheres estava restrito à intimidade do lar, ou pelo menos, a situações ordinárias da vida.

Já na Figura 4, a candidata do PCdoB apresenta um organograma com jogo de palavras, que funciona como qualificação de si para construir seu *ethos*: “mulher, coração de mãe, guerreira, ficha limpa, é da gente” etc.

Nota-se que a construção discursiva da candidata obedece a ordem do discurso da resistência, em que a enunciativa toma seu lugar de fala¹⁰ de mulher política para defender o

¹⁰ Para melhor compreensão desse conceito, voltamos-nos a Michael Foucault e sua obra *A ordem do discurso* (1970). De acordo com Foucault “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. Desse modo, alguns discursos são legitimados e/ou interditados

direito das mulheres na arena política e nas diversas esferas sociais, além de lutar pela igualdade de direito, em busca do empoderamento feminino. Esse discurso permite-nos pensar que o discurso sobre a mulher esteve atravessado socio-historicamente pelo apagamento e/ou silenciamento da mulher não só na política, visto que a sociedade brasileira se caracteriza por um modelo masculino, machista e patriarcal.

Veremos, nas análises dos *posts* a seguir, como a candidata Alice Portugal constrói duas narrativas em sua campanha eleitoral: uma via biografia, na qual resgata a historicidade e a memória de sua participação na política, em que se destacam as fotografias p & b; e a outra, na qual opera, via discurso da resistência e do empoderamento da mulher na política, mostrando sua contribuição na luta pela garantia dos direitos das mulheres na política e na sociedade.

para que eles sejam ditos por algumas pessoas. Para tanto, Foucault (2012) põe as seguintes questões: “quem fala? Quem, no conjunto de todos os indivíduos que falam, está autorizado a ter essa espécie de linguagem? Qual é o estatuto dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar e tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso?”. O lugar de fala proposto por Foucault revela, portanto, como esse conceito se ancora na concepção de sujeito discursivo da AD, isto é, a posição ocupada pelo sujeito enquanto enuncia.

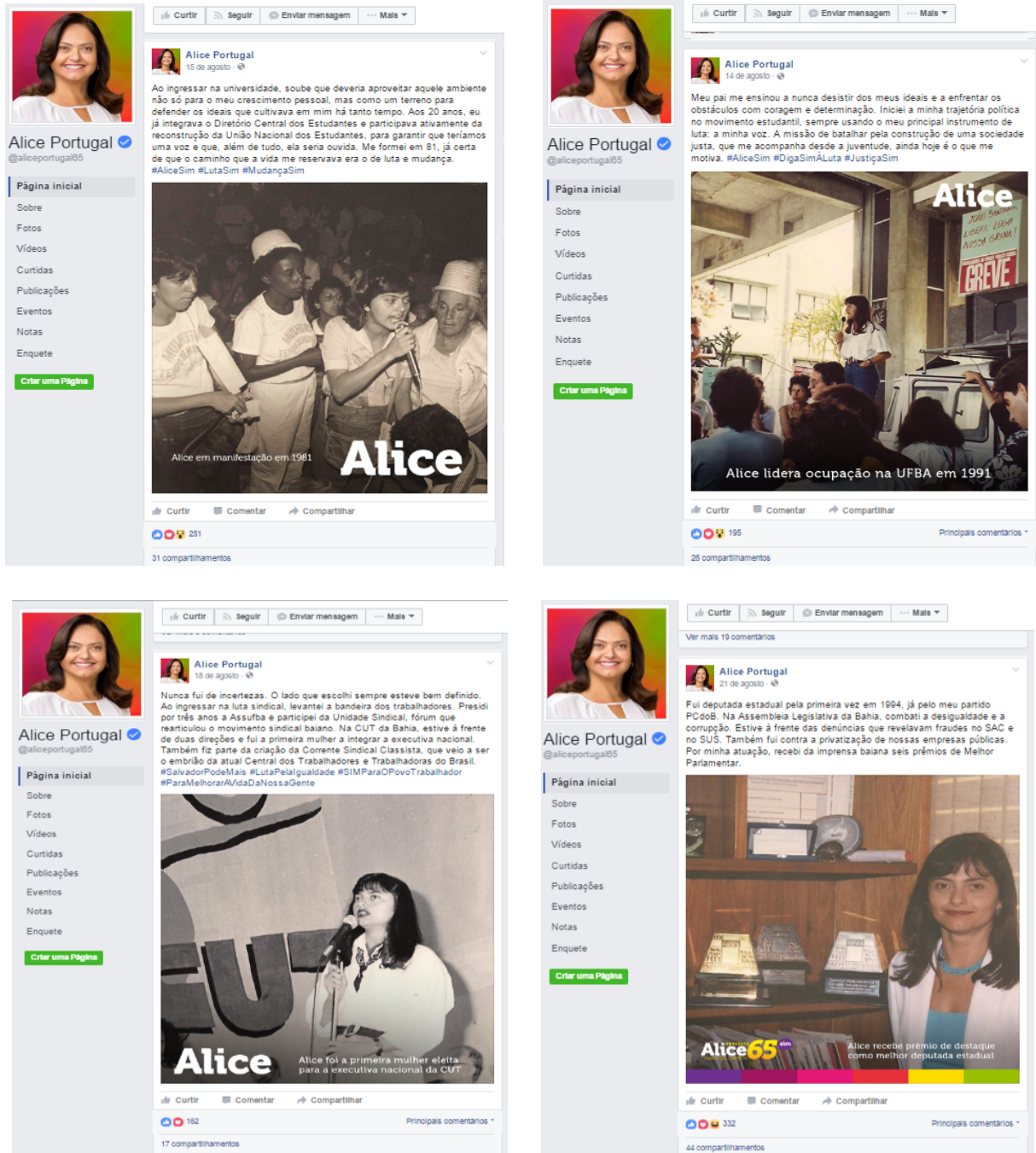


Figura 5-8. A história da vida política de Alice Portugal

Fonte: Facebook.

Em um paradigma que pode ser apreendido a partir da história que introduz à vida política da candidata Alice Portugal como uma biografia; as imagens instauram um percurso de leitura através da narrativização da biografia construída pela fotografia preto e branco e pelo

texto escrito, que recupera a história de vida de estudante universitária militante, representante do Diretório Central dos Estudantes e, depois, como representante sindical, presidindo a Assufba (Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Universidades Públicas Federais no Estado da Bahia) e, posteriormente, como primeira mulher eleita para executiva nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores), até sua primeira candidatura à deputada estadual da Bahia em 1994.

As postagens (Figuras 5-8) restauram historicamente suas relações políticas com os movimentos estudantil e sindical que, por sua vez, revelam e reforçam sua filiação ideológica ao partido Partido Comunista do Brasil¹¹. É importante lembrar que o PCdoB é um partido político brasileiro de esquerda, baseado ideologicamente nos princípios do marxismo e forte penetração nos meios sindicais e estudantis. De acordo com informações do site do próprio partido, seus princípios guiam-se pela teoria marxista-leninista, adota como princípio o centralismo-democrático e organiza sua militância para a luta social e para a política transformadora. Seus militantes concentram-se em Organismos de Base (OBs), distribuídos em categorias (trabalho, moradia, estudo), onde o partido tem militância, atuando em frentes sindical, mulheres, juventude, negros, comunitário, LGBT+, meio ambiente etc.

¹¹ De acordo com o site do próprio partido, o Partido Comunista do Brasil foi fundado em 25 de março de 1922. É o partido mais antigo do país em atividade. Reorganizou-se em 1962, adotando a sigla PCdoB. Atualmente busca constituir uma Frente Ampla, pela retomada da democracia e contra os retrocessos nos direitos dos trabalhadores, das mulheres, da juventude, dos negros.



Figuras 9-12. A construção discursiva da mulher política militante

Fonte: Facebook.

Em um outro paradigma de leitura, que nomeamos de “construção discursiva da mulher política militante”, podemos recuperar o funcionamento discursivo da representante política que luta por melhorias e leis que defendam e garantam às mulheres direitos e empoderamento, como se nota na composição verbo-visual dos *posts*, em que se destacam as propostas e leis para reparar as injustiças e desigualdades que as mulheres historicamente

foram subordinadas, como autoria da lei de isonomia salarial entre homens e mulheres; a contribuição na elaboração da Lei Maria da Penha que protege as mulheres das violências domésticas; a lei eleitoral que define 30% de mulheres nos partidos como meio de estimular e assegurar a participação da mulher na política; a lei para normatização do trabalho das empregadas domésticas, dentre outras.

Ademais, em suas postagens a candidata aciona esse campo de *fórmulas linguísticas* “direito das mulheres” e “empoderamento feminino”, através de sintagmas nominais cujos determinantes têm palavras como “mulher” e “feminino” diretamente vinculado a núcleos nominais como “direito” e “poder/empoderamento”. As formulações sintagmáticas operam na língua uma exterioridade vinculada à agenda das lutas feministas historicamente situadas em nossa sociedade política desde meados dos anos 1960.

Desse modo, é possível verificar que os temas feministas como as narrativas que inscrevem a mulher no campo de trabalho, bem como na própria história do partido PCdoB – comunismo. É na língua que uma das expressões contemporâneas fortes como “empoderamento” se vincula ao discurso como algumas das bandeiras de sua campanha, e endossa esse posicionamento quando relata ter participado da elaboração da Lei Maria da Penha, que combate à violência contra a mulher e, também, quando traz em sua cena enunciativa mulheres representantes de sindicatos e de coletivos em entrevistas e vídeos para tratar de temas como violência contra mulher, políticas públicas para trabalhadores domésticas, direito das mulheres, inserção das mulheres negras, além da proposta de implementação do programa de governo “Cidade Mãe”, do qual pretende disponibilizar 50 mil vagas de creche, para que as mulheres possam trabalhar, dentre outros.

Vemos, portanto, em um jogo de imagens e de palavras, em que são instauradas a coragem e a determinação de uma mulher para formação do *ethos* da candidata Alice Portugal, a qual se coloca discursivamente como a representante da voz das mulheres soteropolitanas. É possível notar essa construção de forma expressiva na manifestação denominada “Ato das mulheres”, em que mulheres representantes do cenário local e nacional integram uma mesa de debates em prol da “candidatura da primeira mulher a ser prefeita da cidade de Salvador”. A mesa foi composta por mulheres representantes do movimento negro, do movimento LGBTQ+, representantes da secretaria de políticas públicas para mulheres, de mulheres políticas etc. Em

uma das falas, uma das mulheres do movimento negro afirma “É o primeiro passo de uma candidatura que nasce do diálogo com as mulheres, e nós vamos governar essa cidade!”.

As imagens da candidata são, por vezes, postas no púlpito discursando, exercendo sua função na Câmara dos Deputados, com uma feição séria, o olhar reto, os gestos firmes, os braços levemente dobrados, produzem efeitos de autenticidade. Desse modo, durante a enunciação, os gestos podem acompanhar a fala, ressaltá-la ou contradizê-la. Neste caso, podemos notar que as imagens manifestam uma candidata experiente com a *mise en scène* da política.

Desse modo, podemos verificar que a candidata do PCdoB reivindica sua condição de mulher para ser a representante legítima das mulheres soteropolitanas. Apresenta argumentos que a legitima como mulher e política experiente, que construiu sua história na política em defesa dos direitos das mulheres.

5 Considerações finais

De acordo com Barreira (1998), a longa interdição à participação da mulher nas atividades políticas impôs, por muito tempo, seu distanciamento de tais práticas. No entanto, as mulheres vêm conquistando seus espaços nas atividades públicas, mesmo apesar da baixa representatividade, fazendo com que o discurso de interdição à mulher no campo político fosse preterido.

Conforme vimos, as mulheres fazem parte de um processo histórico de exclusão na vida política. Para Bittencourt (2018), as mulheres sempre estiveram ao lado dos excluídos da história:

Elas fazem parte dos excluídos dessa história que foi, por um bom tempo, escrita por homens. Suas reivindicações sempre estiveram associadas à luta de outros grupos. Apesar da ordem masculina da organização social subordinar a mulher ao espaço privado, a emergência da democracia como um regime de governo em que se configura a partir de uma ideia de representação de todos, em tese, poderia permitir que as mulheres ascendessem ao centro do poder público, porque representa, ao menos e além de outras determinações, metade da população mundial. Entretanto, as relações que se estabelecem entre os gêneros, os poderes, os saberes nas práticas discursivas e os modos de representação política não são tão transparentes e simples. (BITTENCOURT, 2018, 264- 265).

Prova dessa exclusão são os resultados das eleições de 2016. De acordo com o TSE, no pleito de 2016 foram eleitas 13,51% de mulheres para as câmaras municipais, porcentagem pouco superior ao processo eleitoral de 2012, quando elas eram 13,33%. Já para as prefeituras, houve diminuição do número de cargos, tendo sido eleitas 641 mulheres, 11,57%. Em 2012 eram 659, ou 11,84%. As estatísticas das unidades da federação mostram que o número de homens eleitos chega a ser 36 vezes maior que o de mulheres eleitas, sem falar em quando as legislaturas são exclusivamente masculinas.

Essas estatísticas revelam os efeitos de uma sociedade patriarcal e machista, em que muitas vezes se justificou historicamente pela circulação de dizeres de que “a mulher não se interessa por assuntos políticos ou de que elas não foram feitas para isso, evocando à memória práticas discursivas, segundo as quais a maior parcela do seu interesse sempre esteve voltada para assuntos privados: o lar, o casamento, os filhos” (BITTENCOURT, 2018, p. 17).

Consideramos a pertinência deste trabalho, principalmente, em sua inegável atualidade. No mundo pós-moderno, são cada vez mais comuns a propagação e a democratização da política nas plataformas digitais, especialmente, com a emergência das redes sociais. Dessarte, faz-se importante compreender como o sujeito político vem se apropriando das plataformas e dos dispositivos digitais, com especial atenção às últimas eleições, não só para publicar o calendário da campanha, para propagar e compartilhar propagandas, *jingles* eleitorais etc., mas, sobretudo, para discutir questões polêmicas, atuais, que configuram um processo de transformação nas pautas do discurso político eleitoral contemporâneo.

Referências

BARREIRA, L. **Chuva de Papéis**: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BITTENCOURT, J. S. **Mulher, palavra e poder**: construções discursivas do feminino em campanhas eleitorais para a presidência. 2018. 278f. Tese (Doutorado em Linguística – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso político endereçado aos cristãos. Supervisão de Trad. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.

COURTINE, J.-J. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. Trad. de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos, SP: Claraluz, 2006 [1982/1987/1989/1992/1994].

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). *In*: HIRATA, H *et al.* (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009. p. 173-178.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FREITAS, Geisa Fróes de. **Das redes às urnas**: o discurso político eleitoral na ordem das redes sociais. 2019. 375f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

MAZZOLA, R. B. **Discurso e imagem**: transformações do cânone visual nas mídias digitais. 2014. 154f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2014.

ORLANDI, E. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PIOVEZANI, C. **Verbo, corpo e voz**: dispositivos de fala pública e produção de verdade no discurso político. São Paulo: EdUnesp, 2009.

SARGENTINI, V. M. Discurso Político e Redes Sociais. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n. 2, p. 215-232, jul.-dez. 2015. Doi: <https://doi.org/10.5380/rabl.v14i2.42563>

Recebido em: 18.10.2019

Aprovado em: 02.03.2020